S. R.

Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais

REUNIÃO EM SESSÃO ORDINÁRIA
14 de dezembro de 2023

Súmula das deliberações tomadas

1. Audiências:

O Senhor Presidente da Associação Sindical dos Juízes Portugueses, Juiz Desembargador Manuel Henrique Ramos Soares, acompanhado pela Secretária-Geral da ASJP, Senhora Juíza Desembargadora Carla Oliveira e pela Senhora Juíza de Direito da jurisdição administrativa e fiscal, Dra. Nélia Brito, que exerce as funções de Tesoureira da ASJP, foram recebidos em audiência pelo CSTAF.

2. Atos de gestão:

a) Deliberado nomear o Senhor Juiz Desembargador Antero Pires Salvador para o exercício das funções de Presidente dos tribunais administrativos de círculo e tribunais tributários da Zona de Lisboa e Ilhas.

b) Deliberado ordenar a emissão de três ordens de pagamento nos termos do artigo 172.º do CPTA, no âmbito dos processos n.º 312/13.3BEMDL-A, n.º 1076/07.5BEBRG e n.º 538/08.1BELRA-A.

c) Deliberado nomear dois juízes militares para as secções de contencioso administrativo dos Tribunais Centrais Administrativos Norte e Sul.

d) Deliberado nomear as Senhoras Juízas Conselheiras Ana Paula Soares Leite Martins Portela e Paula Fernanda Cadilhe Ribeiro inspetoras judiciais do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais.

e) Deliberado não atender à reclamação apresentada relativamente à deliberação de 9 de maio de 2023, que aprovou a lista de graduação final dos candidatos ao concurso para juiz conselheiro da Secção de Contencioso Tributário do Supremo Tribunal Administrativo.

f) Deliberado proceder às seguintes nomeações:

- Paulo Heliodoro Pereira Gouveia, nomeado juiz conselheiro para a secção de contencioso administrativo do Supremo Tribunal Administrativo;

- Pedro José Marchão Marques, nomeado juiz conselheiro para a secção de contencioso administrativo do Supremo Tribunal Administrativo;

- João Sérgio Feio Antunes Ribeiro, nomeado juiz conselheiro para a secção de contencioso tributário do Supremo Tribunal Administrativo.

Face à manifestação de vontade do ora nomeado Juiz Conselheiro Paulo Heliodoro Pereira Gouveia de se manter no exercício de funções, em comissão de serviço, como Juiz Conselheiro do Tribunal de Contas e à circunstância de a situação libertar vaga, deliberado proceder de imediato ao preenchimento de mais este lugar e nomear:

- Helena Maria Mesquita Ribeiro como juíza conselheira para a secção de contencioso administrativo do Supremo Tribunal Administrativo.

g) Deliberado renovar a comissão de serviço da Senhora Juíza Conselheira, jubilada, Dra. Maria Cristina Gallego dos Santos para movimentar processos da Secção de Contencioso Administrativo do Supremo Tribunal Administrativo.

h) Deliberado aceder ao pedido do IGFEJ e confirmar a disponibilidade da equipa de magistrados já designada para colaborar na preparação e formação de todos os juízes de 1.ª e 2.ª instância e, caso seja necessário aumentar o número de magistrados para prestar essa colaboração deverá este Conselho disso ser informado, para efeitos de serem designados mais magistrados.

i) Deliberado designar o Vogal Senhor Juiz de Direito Fábio da Silva Ribeiro, como interlocutor do Conselho, para integrar o grupo de trabalho denominado “Projeto de Simplificação da Linguagem (PRR n.º 44.2)”.

j) Deliberado indeferir duas reclamações e deferir, parcialmente, uma outra reclamação todas apresentadas relativamente à deliberação de 15 de novembro de 2023, que aprovou a lista de graduação final dos candidatos ao concurso para juiz desembargador das Secções de Contencioso Tributário dos Tribunais Centrais Administrativos Norte e Sul.

k) Deliberado fixar uma remuneração pelo exercício de funções em regime de acumulação a atribuir a um Senhor Juiz de direito, de harmonia com o disposto no artigo 29.º do EMJ.

l) Deliberado determinar o arquivamento de uma denúncia apresentada contra magistrado judicial desta jurisdição.

m) Deliberado determinar o arquivamento de uma queixa apresentada contra magistrado judicial desta jurisdição.

n) Deliberado indeferir uma impugnação administrativa apresentada por um particular relativamente a uma deliberação do Conselho de 12 de julho de 2023.

o) Deliberado aprovar parecer relativo ao Projeto de Decreto-Lei n.º 386/XXIII/2023, que procede à revisão do Estatuto dos Funcionários de Justiça.

p) Deliberado proceder a 3 (três) transferências, a seu pedido, de juízes desembargadores e à nomeação de 25 (vinte e cinco) juízes desembargadores para as secções de contencioso administrativo e tributário dos Tribunais Centrais Administrativos Norte e Sul.

3. Disciplina:

a) Foi determinado o arquivamento de três participações disciplinares apresentadas contra magistrados judiciais desta jurisdição, uma das quais com pedido de inspeção extraordinária ao serviço de magistrado judicial desta jurisdição.

Lisboa, 20 de dezembro de 2023.

A Juíza Secretária do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais

Helena Telo Afonso